

**Ata da 54ª Reunião Ordinária**  
**da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,**  
realizada em 12/01/2010, 3ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

**Membros Participantes:**

1. Luiz Antônio Barreto de Castro - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Andréia Souza Santos - Ministério do Meio Ambiente
4. Wadih João Scandar Neto – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Outros Participantes:**

1. Thiago de Araújo Mendes - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Eagles Muniz Alves – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Marcela Guilles da Conceição – Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Cláudio O. da Silva – Ministério das Cidades
5. Josana de O. Lima – Ministério do Meio Ambiente
6. Eduardo Valente Canina - Ministério do Meio Ambiente
7. Luís Fernando Badanhan - Ministério de Minas e Energia
8. Samira Sana Fernandes de Souza – Ministério de Minas e Energia
9. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
10. Ciro M. Russo - Ministério das Relações Exteriores
11. Demétrio Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

## **Resumo das discussões e decisões da 54ª Reunião Ordinária da Comissão:**

- Aprovação da Ata da 53ª Reunião Ordinária
- Análise dos projetos – síntese:

<b>Número</b>	<b>Projeto</b>	<b>Posição anterior</b>	<b>Posição pós-reunião</b>
<b>259</b>	<b>PCH Barra da Paciência</b>	<b>Submetido</b>	<b>Aprovado com ressalvas</b>
<b>260</b>	<b>PCH Arvoredo e Varginha</b>	<b>Submetido</b>	<b>Aprovado com ressalvas</b>
<b>261</b>	<b>São Fernando</b>	<b>Submetido</b>	<b>Revisão</b>
<b>262</b>	<b>Granja Paraíso</b>	<b>Submetido</b>	<b>Revisão</b>
<b>263</b>	<b>Dourados &amp; Andradina</b>	<b>Submetido</b>	<b>Aprovado com ressalvas</b>
<b>264</b>	<b>Projeto Pequeno Central Hidrelétrico Rodeio Bonito.</b>	<b>-</b>	<b>Submetido</b>
<b>265</b>	<b>Atividade de Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Baguari</b>	<b>-</b>	<b>Submetido</b>
<b>266</b>	<b>Recuperação de gás residual para geração de energia térmica na Planta Três Marias</b>	<b>-</b>	<b>Submetido</b>
<b>267</b>	<b>Utilização de calor residual na planta da Votorantim Celulose e Papel em Jacareí, Brasil</b>	<b>-</b>	<b>Submetido</b>
<b>268</b>	<b>Projeto de Compostagem de Lodo de Jacareí da VCP</b>	<b>-</b>	<b>Submetido</b>

- Novos projetos

O Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro, após dar as boas vindas aos presentes, iniciou a 54ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima por meio da aprovação da ata da 53ª Reunião Ordinária da Comissão.

## **1. Aprovação da Ata da 53ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.**

O Secretário, Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro, questionou se existiria alguma modificação a ser realizada na minuta da ata da 53ª Reunião Ordinária da Comissão ou se todos concordavam com a aprovação. Como nenhuma modificação foi sugerida, a ata foi aprovada.

## **2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

O Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro iniciou a deliberação pelos projetos submetidos na última reunião.

### **➤ 259 - PCH Barra da Paciência.**

O Dr. Adriano Santhiago manifestou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia seria pela aprovação com ressalvas. E citou que existiam problemas tais como de tradução, diferenças entre DCP e PDD, ausência de anexo III no site do proponente, necessidade de reapresentação do anexo III referente aos empregos gerados pela atividade de projeto.

A Dr<sup>a</sup>. Andréia Souza Santos registrou que automaticamente o Ministério do Meio Ambiente posiciona-se pela revisão de um projeto quando o mesmo não se apresenta adequado ao processo de licenciamento ambiental. Mas como o relatório de validação confirmava a existência das licenças, o Ministério do Meio Ambiente decidiu aprovar o projeto com ressalvas por considerar que o proponente falhou ao não encaminhar as cópias das referidas licenças junto com os outros documentos do projeto. Assim a ressalva seria em função da necessidade do encaminhamento das cópias das licenças ambientais.

O Dr. Luís Fernando Badanhan citou que a capacidade instalada (MW) da Usina Várzea Alegre diferia da capacidade informada à ANEEL, fato que deveria ser esclarecido. Outro fato era a existência de erros nas coordenadas das Usinas. Assim, o Ministério de Minas e Energia posicionou-se pela aprovação com ressalvas.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação do projeto PCH Barra da Paciência com as seguintes ressalvas:

### **1. Reapresentação do DCP/PDD para:**

- Revisar as versões e as datas constantes da seção A.1 do DCP e PDD. A versão correta que deve constar na seção A.1 é a versão 02, com data de 30/10/2009;

- Esclarecer qual seria o percentual adicional que o MDL traria em relação às análises de TIR apresentadas, incluindo a análise de sensibilidade. Desta forma, haveria indicações claras que com a receita adicional do MDL o empreendimento teria TIR maior que o benchmark analisado. Solicita-se ainda o encaminhamento da planilha de cálculo da TIR para verificação dos dados apresentados no DCP.
- Embora o PDD/DCP apresente sete cidades na área de influência do projeto, foram enviadas cartas-convite para nove cidades. Apresentar esclarecimento sobre a não confirmação de recebimento das cartas para os órgãos municipais ambientais e associações comunitárias em todos os municípios impactados.

*Aspectos de tradução e editoriais do DCP/PDD:*

- Revisar o erro de duplicidade de frase na página 8 do DCP: “A atividade de projeto está voltada à geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis por meio de seis PCHs a fio d’água no estado de Minas Gerais (Sudeste do Brasil) com o total de 87,1MW de capacidade instalada, que reduzirão as emissões em 138.413,5 tCO<sub>2</sub>eq/ano, ao mesmo tempo em que contribui para o aumento da participação de PCHs no atual cenário brasileiro, enquanto contribui para o aumento da participação das PCHs no cenário atual do Brasil de crescimento das termelétricas a combustíveis fósseis”.
  - Rever concordância dos textos da seção B.2 das versões em inglês e português (PDD e DCP), pois a atividade de projeto contempla a construção de diversos reservatórios e não somente um.
  - Rever a descrição do cenário 1 nas versões inglês e português no sub passo 1a da seção B.5, pois a frase está confusa, indicando que as PCHs serão implantadas “por meio de energia renovável”.
  - Revisar tradução para a língua portuguesa de “reference tax” no sub passo 1b opção III;
  - Traduzir o texto sublinhado a seguir que não aparece na versão em português na página 54 do DCP, quando trata das Emissões da linha de base. No PDD consta o seguinte: “Baseline emissions include only CO<sub>2</sub> emissions from electricity generation in fossil fuel fired power plants that are displaced due to the project activity. The methodology assumes that all Project electricity generation above baseline levels would have been generated by existing grid-connected power plants and the addition of new grid-connected power plants. The baseline emissions are to be calculated as follows (...)”.
  - Revisar a pág. 55 do DCP – Passo 1. Onde se lê: ... “um único Sistema Elétrico”, leia-se “um Sistema Elétrico Único”.
  - Revisar a pág. 59 do DCP – 3ª. Linha. Onde se lê: ... “Capacidade adições pela modernização das plantas geradoras”, leia-se “Adição de capacidade pela ...”
  - Revisar a notação científica das Tabelas 4, 5 e 6 no DCP/PDD.
2. Apresentar as declarações relativas às conformidades da legislação trabalhista e ambiental, assim como, da declaração sobre o responsável pela comunicação em formato eletrônico. Da mesma forma, é necessário o envio do contrato social ou

- outra documentação equivalente que aponte o Sr. Tarcísio Borin Jr. como representante legal da empresa participante de projeto.
3. Reapresentar o Anexo III indicando qual seria a geração líquida de empregos gerados pela atividade de projeto, e ter clareza de que os programas ambientais apresentados fazem parte das obrigações do empreendedor, estabelecidas por órgão ambiental responsável pelo licenciamento, para a realização de tal atividade.
  4. Inserir o Anexo III no site  
[http://www.ersabrazil.com.br/port/doc/ERSA\\_DCP\\_BPA\\_CRG\\_NIA\\_VAE\\_POL\\_SGO.pdf](http://www.ersabrazil.com.br/port/doc/ERSA_DCP_BPA_CRG_NIA_VAE_POL_SGO.pdf)
  5. Apresentar as cópias das licenças ambientais citadas no DCP/PDD.
  6. Regularizar junto a ANEEL a potência autorizada para a PCH Várzea Alegre; e Verificar e uniformizar as coordenadas dos empreendimentos com os documentos autorizativos da ANEEL.
  7. Justificar as discrepâncias encontradas nas coordenadas das PCHs Barra da Paciência, Ninho da Águia e Várzea Alegre, entre o que foi informado no DCP e o constante nas Resoluções da ANEEL.

O Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro passou para a deliberação quanto ao projeto seguinte.

➤ 260 - PCH Arvoredo e Varginha.

O Dr. Adriano Santhiago registrou que os problemas identificados eram basicamente os mesmos do projeto anterior. E assim a posição do Ministério de Ciência e Tecnologia era pela aprovação com ressalvas.

A Dr<sup>a</sup>. Andréia Souza Santos ressaltou que as cópias das licenças ambientais não foram apresentadas, sendo a situação similar ao projeto anterior e que nesse caso o Ministério do Meio Ambiente decidia aprovar o projeto com ressalvas.

O Dr. Luís Fernando Badanhan destacou que existia diferença entre a capacidade instalada (MW) informada à ANEEL e a capacidade que consta no DCP da PCH Varginha, fato que deveria ser esclarecido. Assim o Ministério de Minas e Energia posicionou-se pela aprovação com ressalvas.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação do projeto PCH Arvoredo e Varginha com as seguintes ressalvas:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
  - Revisar as versões e as datas constantes da seção A.1 do DCP e PDD. A versão correta que deve constar na seção A.1 é a versão 02, com data de 30/10/2009;

- Esclarecer qual seria o percentual adicional que o MDL traria em relação às análises de TIR apresentadas, incluindo a análise de sensibilidade. Desta forma, haveria indicações claras que com a receita adicional do MDL o empreendimento teria TIR maior que o benchmark analisado. Solicita-se ainda o encaminhamento da planilha de cálculo da TIR para verificação dos dados apresentados no DCP.
- Embora o PDD/DCP apresente três cidades na área de influência do projeto, foram enviadas cartas-convite para cinco cidades. Apresentar esclarecimento sobre a não confirmação de recebimento das cartas para os órgãos municipais ambientais e associações comunitárias em todos os cinco municípios impactados.

#### Aspectos de tradução e editoriais do DCP/PDD:

- Revisar o erro de duplicidade de frase página 4 do DCP: a “atividade do projeto está voltada à geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis por meio de duas PCHs a fio d’água nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais (Sul e Sudeste do Brasil) com o total de 22MW de capacidade instalada, que reduzirão as emissões em 29.254t CO<sub>2</sub>eq/ano, ao mesmo tempo em que contribuem para o aumento da participação de PCHs no atual cenário brasileiro, enquanto contribui para o aumento da participação das PCHs no cenário atual do Brasil de crescimento das termelétricas a combustíveis fósseis”.
- Rever concordância dos textos da seção B.2 das versões em inglês e português (PDD e DCP), pois a atividade de projeto contempla a construção de diversos reservatórios e não somente um.
- Rever a descrição do cenário 1 nas versões inglês e português no sub passo 1a da seção B.5, pois a frase está confusa, indicando que as PCHs serão implantadas “por meio de energia renovável”.
- Revisar tradução para a língua portuguesa de “reference tax” no sub passo 1b opção III;
- Traduzir o texto sublinhado a seguir que não aparece na versão em português na página 48 do DCP, quando trata das Emissões da linha de base. No PDD consta o seguinte: “Baseline emissions include only CO<sub>2</sub> emissions from electricity generation in fossil fuel fired power plants that are displaced due to the project activity. The methodology assumes that all Project electricity generation above baseline levels would have been generated by existing grid-connected power plants and the addition of new grid-connected power plants. The baseline emissions are to be calculated as follows (...).
- Revisar a pág. 49 do DCP – Passo 1. Onde se lê: ... “um único Sistema Elétrico”, leia-se “um Sistema Elétrico Único”.
- Revisar a pág. 53 do DCP – 21ª. Linha. Onde se lê: ... “Capacidade adições pela modernização das plantas geradoras”, leia-se “Adição de capacidade pela ...”
- Revisar a notação científica das Tabelas 4, 5 e 6 no DCP/PDD.

2. Apresentar as declarações relativas às conformidades da legislação trabalhista e ambiental, assim como, da declaração sobre o responsável pela comunicação em formato eletrônico. Da mesma forma, é necessário o envio do contrato social ou outra documentação equivalente que aponte o Sr. Tarcísio Borin Jr. como representante legal da empresa participante de projeto.
3. Reapresentar o Anexo III indicando qual seria a geração líquida de empregos gerados pela atividade de projeto.
4. Inserir o anexo III no site  
[http://www.ersabrasil.com.br/port/doc/ERSA\\_DCP\\_VGA\\_e\\_ARV.pdf](http://www.ersabrasil.com.br/port/doc/ERSA_DCP_VGA_e_ARV.pdf)
5. Apresentar as cópias das licenças ambientais citadas no DCP/PDD.
6. Incluir a unidade no parâmetro Densidade Energética no texto do DCP.
7. Esclarecer, e se for o caso, corrigir as divergências entre as informações que constam do DCP e os dados referenciados pela ANEEL, relacionadas ao número de unidades geradoras, potência nominal das unidades geradoras e potência instalada da PCH Varginha, e corrigir as coordenadas de localização do empreendimento no DCP;
8. Inserir o município de Xanxerê no DCP.

O Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro passou para a deliberação quanto ao projeto seguinte.

➤ 261 - São Fernando.

O Dr. Adriano Santhiago citou que existiam problemas de tradução, inconsistências entre a versão português e inglês, problemas na notação científica, problemas na adicionalidade, a dimensão dos aparelhos de co-geração de energia diferem da capacidade de bagaço produzido, problemas de formatação no relatório de validação, falta das cópias das licenças ambientais, problemas no aviso de recebimento das cartas convite. Assim a posição do Ministério de Ciência e Tecnologia foi pela aprovação com ressalvas.

A Dr<sup>a</sup>. Andréia Souza Santos disse que as cópias das licenças ambientais não foram identificadas na documentação do projeto e as licenças não constam no Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. Assim o Ministério do Meio Ambiente posicionou-se pela revisão do projeto.

O Dr. Luís Fernando Badanhan citou que a potência (MW) da usina informada à ANEEL diferia da calculada no DCP e faltava clareza nos cálculos da potência. Assim o Ministério de Minas e Energia posicionou-se pela revisão do projeto.

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do projeto São Fernando, que deve atender às considerações a seguir:

1. Reapresentação do DCP e PDD, considerando-se as seguintes alterações ou esclarecimentos:
  - Traduzir legenda da figura 2 do DCP.
  - Traduzir fluxograma da página 15 do DCP.
  - Corrigir erros de formatação, como palavras repetidas subsequentes do DCP.
  - Corrigir erro de conotação científica no item B 6.3.
  - Corrigir no DCP análise de sensibilidade para sensibilidade
  - Esclarecer os fundamentos para delimitação e escolha da taxa de 15,82% como a taxa de benchmark para análise financeira. Esclarecer as razões da escolha de equipamento de capacidade e dimensão superiores (caldeiras e turbinas especificadas no projeto), quando comparadas à quantidade de bagaço produzida, indicando os motivos pelos quais tais características não afetam a análise de adicionalidade. Solicita-se o encaminhamento da planilha de cálculo da TIR para verificação dos dados apresentados no DCP.
2. Reapresentação do Relatório de Validação, para as seguintes correções/esclarecimentos:
  - Falta número de páginas na tabela 2.
  - Corrigir erros de formatação.
  - Traduzir itens subscritos.
  - Corrigir análise de sensibilidade para sensibilidade.
3. Apresentar cópias das licenças ambientais do empreendimento.
4. Publicar imediatamente o DCP do projeto em sítio de internet e enviar cópia dos ARs das cartas convite enviadas para a Procuradoria MS e Conselho da Cidade de Dourados, e apresentar esclarecimentos sobre o não envio de cartas convite para as Associações comunitárias como previsto pela Resolução nº3.
5. Esclarecer qual valor de potência foi efetivamente autorizado pela ANEEL para o empreendimento, apresentando documento emitido pela referida Agência que comprove o valor informado, ou apresentar solicitação de regularização da potência autorizada junto à ANEEL.
6. Justificar a opção de utilizar óleo diesel como combustível secundário, e demonstrar o abatimento das emissões nos cálculos das reduções de emissões de CO<sub>2</sub>;
7. Justificar os cálculos de redução de emissão, pois foi informado que, embora a capacidade máxima seja de 128 MW, somente haveria combustível disponível para 114 MW. Explicar a razão da discrepância e apresentar os cálculos detalhados, informando qual capacidade instalada foi considerada.

O Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro passou para a deliberação quanto ao projeto seguinte.



➤ 262 - Granja Paraíso.

O Dr. Adriano Santhiago citou problemas quanto à notação científica, diferenças entre DCP e PDD, referências equivocadas ao INMETRO ao invés de INMET, ausência de uma tabela específica no anexo III, problemas específicos quanto ao anexo III, ausência do CNPJ da Agrocere. Assim, a posição do Ministério de Ciência e Tecnologia foi pela aprovação com ressalvas.

A Dr<sup>a</sup>. Andréia Souza Santos ressaltou que era necessário alguns esclarecimentos sobre o anexo III, tais como a utilização do biofertilizante, a especificação de melhorias futuras no trabalho e saúde dos empregados e a redação do anexo III deveria ser revista. Assim, o Ministério do Meio Ambiente posicionou-se pela revisão do projeto.

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do projeto Granja Paraíso, que deve atender as considerações a seguir:

1. Reapresentação do DCP e PDD, considerando-se as seguintes alterações ou esclarecimentos:
  - Ambas as versões do DCP apresentam as coordenadas geográficas numa unidade diferente do que é explicado no documento em questão.
  - Na página 3 do DCP o texto apresenta ordem diferente em ambas as versões.
  - Erros de conotação científica em ambas as versões.
  - Diferenças na figura B.1 em ambas as versões.
  - Falta tabela depois da figura B.1 no DCP.
  - Falta parágrafo sobre taxa de juros na página 14 do PDD.
  - O item relacionado à densidade (B.6.2) do PDD está repetido.
  - Na página 19 do PDD consta INMETRO no lugar de INMET.
  - Item B.6.4 diferente entre as versões.
  - Falta tabela do NEST 2 no Anexo 3 do PDD e DCP.
  - O primeiro parágrafo do item E.1 está diferente entre as versões do DCP e PDD.
  - No anexo III foi mencionado que “o tratamento de efluentes da Granja Paraíso era composto de quatro lagoas aeróbicas...”. No DCP afirma-se que o tratamento era em lagoas anaeróbicas.
2. Reapresentação do Relatório de Validação, para:
  - Corrigir erros de conotação científica na versão em inglês.
3. Alteração do Anexo III explicando de forma mais direta como o projeto contribuirá para o desenvolvimento sustentável da região, geração líquida de empregos, capacitação e desenvolvimento tecnológico e distribuição de renda.
4. Apresentação do CNPJ da Agrocere Genética e Nutrição Animal LTDA.

O Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro passou para a deliberação quanto ao projeto seguinte.

➤ 263 - Dourados & Andradina.

O Dr. Adriano Santhiago citou que existiam problemas quanto à notação científica, menções equivocadas a figuras no DCP, redações equivocadas no PDD, ausência de cópia de licença de operação de uma das plantas, ausência de avisos de recebimentos das cartas convite. Assim a posição do Ministério de Ciência e Tecnologia era pela aprovação com ressalvas.

A Dr<sup>a</sup>. Andréia Souza Santos disse que não foi apresentada a cópia da licença de operação, foi enviada uma licença de instalação vencida e uma tabela do anexo III apresentava um valor de resíduo incorreto. Assim, o Ministério do Meio Ambiente posicionou-se pela aprovação com ressalvas.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação do projeto Dourados & Andradina com as seguintes ressalvas:

1. Reapresentação do DCP e PDD, considerando-se as seguintes alterações, correções e/ou esclarecimentos:
  - Erros de conotação científica no PDD e DCP.
  - Figura do DCP equivocadamente em inglês nas páginas 25 e 26.
  - Problemas de formatação no PDD. Consta o seguinte equívoco no Anexo 3: *Error! Reference source not found*
  - Corrigir a tabela do anexo 3 relativa a Andradina, na qual parece estar havendo erro de digitação na quantidade de consumo de resíduos e produção de composto.
2. Apresentar a licença de operação e renovação da licença de instalação da planta de Andradina.
3. Enviar para a Comissão a cópia dos ARs do envio das cartas convites, pois o documento (histórico do objeto) apresentado pelo proponente não é suficiente para saber quando cada uma das cartas convite foram recebidas e para quem foram enviadas.

### **3. Novos projetos**

O Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro passou a considerar os novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC.

- 264 - Projeto Pequeno Central Hidrelétrico Rodeio Bonito.
- 265 - Atividade de Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Baguari
- 266 - Recuperação de gás residual para geração de energia térmica na Planta Três Marias

- 267 - Utilização de calor residual na planta da Votorantim Celulose e Papel em Jacareí, Brasil
- 268 - Projeto de Compostagem de Lodo de Jacareí da VCP

O Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro perguntou se os projetos recebidos poderiam ser analisados na próxima reunião do dia 11 de março de 2010. Como não houve manifestação contrária, a CIMGC deliberou que os projetos relacionados acima fossem considerados como **submetidos**.

Não havendo assuntos adicionais a tratar, o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro, encerrou a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos e desejando um feliz ano.